

COMUNICAÇÃO PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES E A RESISTÊNCIA CONTRA DESINFORMAÇÃO

PUBLIC COMMUNICATION IN UNIVERSITIES AND RESISTANCE TO DISINFORMATION

COMUNICACIÓN PÚBLICA EN LAS UNIVERSIDADES Y LA RESISTENCIA CONTRA LA DESINFORMACIÓN

Aline Moreno ¹

line_moreno@hotmail.com

José Gabriel Andrade ²

jgandrade@ics.uminho.pt

Carolina Toscano ³

caroltmaia@gmail.com

Ana Daniele Maciel ⁴

anads.maciel@gmail.com

¹ Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

² Professor Auxiliar com Agregação na Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

³ Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho, com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

⁴ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

RESUMO

A disseminação de desinformação afeta diversas esferas sociais, incluindo a educação. Observa-se que Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido alvos de campanhas desinformativas que buscam desacreditar a sua atuação, principalmente através de narrativas politizadas. Entre as estratégias de resistência, destaca-se a comunicação pública, que permite às IES enfrentar as narrativas enganosas que as afetam. Neste trabalho, propomos uma revisão bibliográfica realizada entre 2020 e 2025, com o objetivo de compreender as estratégias usadas para combater a desinformação através da comunicação pública das IES no Brasil e em Portugal. Os resultados evidenciam que a comunicação pública não atua apenas como resposta reativa à desinformação, mas como estratégia estruturante de resistência simbólica e fortalecimento da legitimidade institucional das IES.

Palavras-chave: Instituições de Ensino Superior. Comunicação Pública. Desinformação.

ABSTRACT

The spread of disinformation affects various social spheres, including education. It is observed that Higher Education Institutions (HEIs) have been targets of disinformation campaigns that seek to discredit their actions, mainly through politicized narratives. Among the resistance strategies, public communication stands out, allowing HEIs to confront the misleading narratives that affect them. In this work, we propose a literature review conducted between 2020 and 2025, aiming to understand the strategies used to combat disinformation through public communication by HEIs in Brazil and Portugal. The results show that public communication acts not only as a reactive response to disinformation, but also as a structuring strategy of symbolic resistance and strengthening the institutional legitimacy of HEIs.

Key words: Higher Education Institutions. Public Communication. Disinformation.

RESUMEN

La difusión de desinformación afecta a diversas esferas sociales, incluida la educación. Se observa que las Instituciones de Educación Superior (IES) han sido blanco de campañas de desinformación que buscan desacreditar su labor, principalmente mediante narrativas politizadas. Entre las estrategias de resistencia, destaca la comunicación pública, que permite a las IES confrontar las narrativas engañosas que las afectan. En este trabajo, proponemos una revisión bibliográfica realizada entre 2020 y 2025, con el objetivo de comprender las estrategias empleadas por las IES en Brasil y Portugal para combatir la desinformación mediante la comunicación pública. Los resultados muestran que la comunicación pública actúa no solo como respuesta reactiva a la desinformación, sino también como una estrategia estructuradora de resistencia simbólica y de fortalecimiento de la legitimidad institucional de las IES.

Palabras clave: Instituciones de Educación Superior. Comunicación Pública. Desinformación.

1 INTRODUÇÃO

O cotidiano é permeado por intensos fluxos comunicacionais que circulam em múltiplas fontes de informação, desde os veículos tradicionais de comunicação às plataformas digitais. Estas, além de reunir milhares de usuários, permitem a veiculação de diferentes conteúdos, inclusive os enganosos. Seu modelo de negócios, ao priorizar o engajamento de publicações independentemente da sua veracidade (LEMES DE CASTRO, 2021; MOROZOV, 2018), favorece a desinformação, tipo de conteúdo nocivo devido à sua capacidade de enganar e causar danos (RECUERO, 2024; WARDLE, 2020). Essa desordem informacional atinge diversas esferas sociais, inclusive a educação, nosso objeto de análise. De modo mais específico, direcionamos o olhar às Instituições de Ensino Superior (IES), que têm sido alvo de campanhas de desinformação que buscam desacreditar a sua atuação, procurando compreender o fenômeno e as ameaças que trazem à sua imagem.

Nesse cenário, identificam-se estudos que analisam narrativas de desinformação que associam as IES ao desperdício de dinheiro público, com acusações infundadas de financiamento de militância (ARES et al., 2022). Outras pesquisas mostram que essas narrativas questionam sua produtividade e reforçam percepções equivocadas que defendem cortes de investimento, geralmente alinhadas a visões neoliberais e a projetos de privatização (TOMÁS et al., 2020). Há, ainda, investigações que avaliam como estudantes lidam com a desinformação (MORAIS & CRUZ, 2020), o papel da literacia midiática promovida por bibliotecas das IES (REVEZ & CORUJO, 2022) e a importância da comunicação pública no seu enfrentamento (ROTHBERG, 2024).

Neste estudo, propomos uma revisão bibliográfica (GIL, 2002), realizada entre 2020 e 2025, com o objetivo de identificar, no contexto brasileiro e português, as iniciativas desenvolvidas por IES para enfrentar a disseminação de desinformação que as afeta, considerando suas especificidades. A comparação das produções acadêmicas permite identificar práticas consolidadas e fragilidades enfrentadas, aspectos fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de comunicação pública mais assertivas, capazes de promover informações confiáveis, fortalecer a relação das IES com a sociedade e a formação de identidades democráticas.

2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A comunicação pública é uma atividade estratégica essencial para qualquer organização, especialmente, para aquelas que atuam em contextos sociais complexos. No âmbito das IES, ela ultrapassa a mera difusão de informação e assume um papel de mediação, entre instituição e sociedade. O conceito de comunicação pública envolve práticas comunicacionais orientadas para a coletividade e para o interesse público (DUARTE, 2007; LIEDTKE & CURTINOV, 2016; REIS, 2021; ZÉMOR, 2006). O interesse público é entendido por Correia (2012, p. 1297) como o “interesse do todo, do próprio conjunto social”. Para Borges (1996, p. 114), “esse interesse passa a ser público, quando dele participam e compartilham um tal número de pessoas, componentes de uma comunidade determinada”. Na perspectiva de Duarte et al. (2020), o interesse público

está relacionado com o cidadão e o senso de pertencimento para o exercício da cidadania.

Enquanto campo de estudo, a comunicação pública situa-se na interseção entre a comunicação organizacional, governamental, política e estratégica (LIEDTKE & CURTINOVI, 2016). Não estando focada na promoção de imagem, ela busca a construção de diálogo e a disponibilização de informações que permitam à sociedade escrutinar e participar das decisões públicas. Na comunicação pública, o cidadão está no centro do processo, “não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo” (DUARTE, 2007, p. 61; DUARTE et al., 2020, p. 42). Ao refletir sobre o conceito, Zémor (2009, p. 189) acrescenta que se trata da “troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais”.

Nas IES, a comunicação pública ganha peso, pois estas são organizações simultaneamente científicas e administrativas, cujas ações têm impacto para a sociedade, constituindo-se de interesse geral. A natureza das IES impõe-lhes obrigações comunicacionais específicas, devendo partilhar informações, decisões, investimentos e resultados de forma acessível, rigorosa e verificável, sobretudo as de natureza pública. Reis (2021, p. 10) recorda que a comunicação pública divulga informações de interesse comum, integrando o seu escopo “dados — informações — conhecimento”. A clareza na comunicação das IES reforça a legitimidade institucional e contribui para o fortalecimento da confiança social, considerando que “a comunicação pública se faz em sociedade e para a sociedade” (REIS, 2021, p. 11). Assim, uma IES que não comunica reduz a sua capacidade de influência e limita a compreensão do seu papel no desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Partindo da premissa de que “a ação pública se conduz comunicação compreendida” (ZÉMOR, 2009, p. 193), a comunicação pública das IES também deve promover a literacia científica, com o objetivo de cumprir a função cívica de democratizar o conhecimento. Além disso, para fazer face à desinformação, promover a compreensão do valor da ciência e fomentar o pensamento crítico, é necessário conduzir uma comunicação estrategicamente planejada e orientada para o bem comum. Com isso, entende-se que a comunicação pública pode atingir o seu potencial de diálogo,

conforme Duarte (2007, p. 64): no sentido mais amplo, ela “deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe”.

Em termos operacionais, a comunicação pública das IES exige planejamento. A elaboração de planos de comunicação anuais, alinhados com a missão, visão, valores e objetivos estratégicos das IES, possibilita alcançar coerência e consistência, fatores essenciais para a construção da credibilidade institucional. Quando se pretende comunicar estrategicamente, a fase de planejamento é primordial para otimizar a comunicação. O planejamento requer uma análise rigorosa do contexto interno e externo, a definição de objetivos mensuráveis, a segmentação dos públicos, a seleção criteriosa de canais e a escolha de ferramentas adequadas, bem como a elaboração de conteúdos adaptados às características e necessidades dos públicos (MELO et al., 2023). A implementação de estratégias baseadas em evidências permite a antecipação de riscos e oportunidades, a monitorização e a avaliação do impacto das ações, promovendo a aprendizagem organizacional e a melhoria contínua da prática da comunicação pública.

Em linha com o exposto, a comunicação pública não é apenas transmissão e, assim, Reis (2021) aponta como instrumentos dessa comunicação a informação e o diálogo. Os instrumentos de informação têm a função de transmitir dados, orientações e decisões, promovendo a transparência. Por seu turno, os instrumentos de diálogo promovem a interação, facilitando a participação, a escuta ativa e a construção conjunta de soluções.

Não obstante, em um contexto marcado pela rapidez na disseminação e acesso a informações, faz-se necessário que a comunicação pública das IES utilize das plataformas digitais de forma inteligente, visto que o digital se tornou um espaço prioritário para divulgar investigações, metas institucionais, decisões, processos e relatórios relacionados com os recursos humanos e financeiros, entre outros. Duarte et al. (2020, p. 43) apontam que as mídias sociais têm se revelado “importantes para o recebimento dessas necessidades e interesses da sociedade, o que demanda uma comunicação pública na velocidade da internet, com interações em nível global e em tempo real”.

Acredita-se que a comunicação pública fortalece o contrato social entre as IES e a sociedade, assumindo plenamente a função de mediação e permitindo à primeira cumprir os requisitos de transparência, ampliar o impacto das atividades acadêmicas e reforçar a percepção de que a IES é um bem comum. O futuro dessas instituições parece, assim, passar pela capacidade de comunicar com abertura e responsabilidade, acompanhando as exigências democráticas e reforçando a relevância social, sem descurar da ideia de autenticidade (ZÉMOR, 2006).

3 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: OS PANORAMAS BRASILEIRO E PORTUGUÊS

Embora Brasil e Portugal compartilhem uma herança histórica e linguística, os seus sistemas de ensino superior apresentam diferenças estruturais, ao mesmo tempo em que revelam semelhanças decorrentes de tendências globais. No Brasil, o Ministério da Educação por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza todos os anos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que é a principal porta de entrada para o ensino superior. A nota do ENEM pode ser aproveitada em processos seletivos nas IES portuguesas que têm convênio com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2025a).

As IES no país caracterizam-se por sua diversidade institucional e forte presença do setor privado. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2025b), as IES privadas concentram 79,8% das matrículas de graduação do país, enquanto o setor público conta com 20,2%, ambas efetuadas em 2024. Além disso, as IES públicas são gratuitas e responsáveis pela maior parte da produção científica nacional, embora dependam do orçamento estatal. Destaca-se que as universidades têm a garantia da autonomia por meio da Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988, Art. 207).

A pós-graduação *stricto sensu*, avaliada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, apresenta um dos sistemas mais completos da América Latina, com ênfase na produção científica e na formação de recursos humanos altamente

qualificados. O modelo brasileiro é alicerçado pela heterogeneidade institucional, coexistindo: universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais, cada qual com suas missões em ensino, pesquisa e extensão (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2020).

A Educação a Distância (EAD), fruto do desenvolvimento das tecnologias, é uma estratégia para atender às demandas de formação, sendo uma alternativa para expandir o ensino e reduzir os investimentos do governo. A modalidade EAD possui predominância nas IES privadas, isto se reflete no percentual de matrículas, sendo 91,79% no intervalo de 2010 a 2016. As IES públicas não se envolviam com a EAD por resistência da comunidade acadêmica, tornando-a institucionalmente marginalizada no início da implementação. Logo, isso pode justificar a maior procura no setor privado (CASTRO & ARAÚJO, 2018).

Em Portugal, as IES são estruturadas em um sistema binário, que engloba o ensino universitário e politécnico, no setor público e privado. Segundo a Direção-Geral do Ensino Superior (2025), o ensino universitário privilegia a investigação científica, inovação e formação teórica que habilite atividades profissionais. Já o politécnico tem como foco a formação prática e solução de problemas concretos no mercado de trabalho. O ensino superior público português é pago, embora as mensalidades sejam controladas pelo Estado e complementadas por bolsas de estudo, atribuídas pelas próprias instituições ou através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

O Regime Jurídico das IES, estabelecido através da Lei n.º 62/2007 (2007), impulsionou mudanças na governança. Os números 1 e 3 do Art. 11 evidenciam:

1. As instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza.

[...]

3. Face à respectiva entidade instituidora e face ao Estado, os estabelecimentos de ensino superior privados gozam de autonomia pedagógica, científica e cultural. (LEI N.º 62/2007, 2007, artigo 11).

Nota-se que as semelhanças são na autonomia pedagógica, científica e cultural. Por outro lado, há diferenças significativas: as IES públicas têm total autonomia

estatutária — podem elaborar e alterar os estatutos de acordo com seus princípios, missões e valores, sem depender de aprovação de uma entidade instituidora externa. As privadas dependem dos estatutos definidos pela entidade instituidora, que pode ser uma empresa, fundação ou cooperativa. Importa realçar que, de acordo com a lei, a autonomia das IES não preclui a tutela ou a fiscalização governamental.

A implementação do Processo de Bolonha em Portugal ocorreu a partir do ano letivo 2009/2010 objetivando harmonizar os ciclos de estudos do espaço europeu, em concordância com as competências adquiridas — licenciado, mestre e doutor, bem como a definição de intervalos de créditos (*European Credit Transfer and Accumulation System*) para o primeiro e segundo ciclo de estudos. Em 2014, foi criado um novo ciclo que não confere grau acadêmico, o curso técnico superior profissional. A entidade que avalia as IES portuguesas é a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que é independente do Estado e das instituições, tendo como missão garantir a qualidade do ensino superior no país (DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR, 2025).

Compreendidos os enquadramentos estruturais das IES no Brasil e em Portugal, torna-se possível analisar como essas instituições se convertem em alvos privilegiados de narrativas desinformativas.

4 IES COMO ALVO DA DESINFORMAÇÃO

Os debates sobre a desinformação têm se intensificado à medida que esse tipo de conteúdo dificulta a compreensão dos acontecimentos, confunde a distinção entre o que é verdadeiro ou falso e interfere nos processos democráticos. Wardle (2020) destaca que a produção de desinformação é motivada principalmente por três fatores: obtenção de lucro, influência política e a intenção de causar tumulto. Em complemento, Recuero (2024) define a desinformação como resultado de uma disfunção na circulação informacional que, em vez de produzir conhecimento e organização social, gera ruído, desordem e instabilidade.

Esse conteúdo é frequentemente amplificado nas mídias sociais devido à facilidade de publicação e viralização oferecida pelas plataformas. Centradas na

vigilância de dados, personalização e monetização de conteúdos (ZUBOFF, 2019), essas estruturas favorecem a formação de bolhas informacionais. Com isso, produtores de desinformação exploram emoções e discursos radicalizados, reforçando a lógica do “nós contra eles” (FISHER, 2023). Entre as narrativas disseminadas, destacam-se ataques a instituições consolidadas, como as IES, para enfraquecer a sua legitimidade e reduzir a confiança pública na sua atuação em razão de interesses escusos.

No Brasil, uma pesquisa de monitoramento do WhatsApp identificou picos de desinformação contra universidades públicas após o anúncio de cortes de verbas para a educação em 2019, no governo de Jair Bolsonaro⁵. Nos 350 grupos analisados, circularam narrativas destinadas a desacreditar essas instituições, incluindo imagens enganosas que sexualizavam estudantes, como fotos de pessoas nuas inseridas em trabalhos acadêmicos (MELO et al., 2019). Também se identifica a associação dos espaços universitários ao consumo de drogas, à baixa produtividade científica e ao desperdício de recursos (TOMÁS et al., 2020), estratégias que buscam reforçar a descrença na importância dessas instituições. Ares et al. (2022, p. 056) acrescentam a disputa de sentidos entre narrativas propagadas por políticos, indicando que:

Bolsonaro acusou administrações anteriores, do Partido dos Trabalhadores (PT) de usar o sistema público de ensino para impor ‘ideologia de gênero’ e fazer apologia da homossexualidade e da imoralidade, com o objetivo de destruir a ‘família tradicional’ e seus valores.

Importa mencionar que quando autoridades divulgam informações falsas, sua representatividade aumenta a propagação desse conteúdo entre segmentos da população. Calbino et al. (2025) avaliam o impacto da desinformação na percepção de estudantes brasileiros do ensino médio e identificam efeitos como a descrença na qualidade do conhecimento científico e a rejeição das IES como espaços de formação. Calbino et al. (2025, pp.14–15) também indicam que:

ao longo da pesquisa bibliográfica realizada, não se encontrou qualquer *fake news* sobre faculdades particulares, fato que endossa a

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml>

hipótese de que a onda de *fake news* disseminada integra um projeto de desconstrução das instituições públicas de Ensino Superior.

Em Portugal, pesquisas como a de Morais e Cruz (2020) apontam a preocupação de estudantes com a disseminação de informações falsas, a presença mais recorrente de desinformação política e o uso frequente de Instagram, WhatsApp e YouTube como fontes de notícias. Como exemplo, ressalta-se declarações como a da Deputada Rita Matias, do Partido Chega, que, baseada em informações falsas, afirmou que “o tempo da esquerda nas faculdades acabou”⁶. No que se refere aos objetivos da desinformação contra IES, Tomás et al. (2020, p. 163) afirmam que:

o desmantelamento das universidades públicas com cortes, as políticas educacionais que alavancam a iniciativa privada, os discursos de ódio e a mobilização via *fake news* para o desgaste de imagem da universidade, de seus professores e alunos, são fatos que corroboram para o estabelecimento cada vez maior de uma política desigual de acesso à universidade, a qual perpetua outras tantas desigualdades.

Ao considerar as estratégias de enfrentamento à desinformação no Brasil e em Portugal, estudos apontam que, além de medidas como checagem de fatos e regulação das plataformas, a literacia midiática se destaca como abordagem eficaz (MACIEL et al., 2025). Nesse campo, sobressaem as ações das bibliotecas universitárias, que investem em programas de formação em literacia da informação (SANCHES et al., 2021) e se consolidam como espaços de valorização da informação, da ciência e das IES, promovendo conscientização, multidisciplinaridade e engajamento acadêmico (REVEZ & CORUJO, 2022).

Há, assim, o reconhecimento da comunicação pública como aliada no combate à desinformação, especialmente a que atinge as IES. Nesse âmbito, as estratégias devem articular diferentes atores, pois a desinformação também é disseminada por canais oficiais. Como realçado por Rothberg (2024, p. 4), essas medidas devem “evitar amplificar a desinformação inadvertidamente quando respondê-la de maneira explícita; prestar especial atenção às comunidades vulneráveis à desinformação; e interagir com comunidades de diferentes afiliações políticas, ideológicas e religiosas”. Assim, será capaz de contribuir de modo mais assertivo para o combate à desinformação.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRdD3jQSSXs>

5 METODOLOGIA

Este estudo possui característica qualitativa e foi elaborado por meio de uma revisão bibliográfica (GIL, 2002). O *corpus* foi definido através das palavras-chave: Comunicação Pública e Desinformação nas Instituições de Ensino Superior (Brasil e/ou Portugal), no período de 2020 a 2025, com idioma português ou inglês em acesso aberto em bases de dados, como: observatórios, *Google Scholar*, *Scopus* e *Web of Science*. O objetivo foi compreender quais são as iniciativas implementadas para combater a desinformação através da comunicação pública das IES brasileiras e portuguesas, considerando suas particularidades.

A priori, tivemos dificuldade em encontrar com o uso das palavras-chave artigos que abordassem o tema de forma direta. Assim, optamos por fazer uma leitura exploratória do material encontrado na sequência “título, palavras-chave e resumo”, resultando uma seleção de 13 artigos. Após a leitura na íntegra, percebemos que alguns artigos não estavam de acordo com os objetivos. Logo, o *corpus* totalizou nove artigos de periódicos ou conferências, como mostra o Quadro 1.

TÍTULO	AUTORES	ANO
Desinformação e fake news: estudo com alunos de comunicação de uma Instituição de Ensino Superior	Morais & Cruz	2020
Como combater as fake news através da literacia da informação? Desafios e estratégias formativas no ensino superior	Antunes, Lopes, & Sanches	2021
University students' engagement with fake news: The Portuguese case	Silveira & Gancho	2021
Atuação da biblioteca universitária pública contra a desinformação no Brasil: Análise das publicações na BRAPCI	Souza & Valentim	2022
Informar e Comunicar: Desafios das Universidades Diante da Pandemia do Novo Coronavírus	Geraldes, Pimenta, & Lopes	2022
A universidade e o combate à desinformação no semiárido brasileiro: Um levantamento de ações	Silva & Santos	2023
Lei de Acesso à Informação nas principais universidades federais brasileiras	Alcantara	2023

Desinformação e Ensino Superior: o papel das fake news na imagem das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)	Calbino, Pinho, & Silva	2025
Sociedade de Plataformas e os desafios para a Comunicação Pública: o caso OBCOMP	Kegler, Luz, & Pozobon	2025

Quadro 1 – Artigos selecionados para o estudo

Acreditamos que os estudos sobre comunicação pública e desinformação nas IES são essenciais para compreender o papel das IES na promoção da informação credível e da confiança social, em especial, em contextos marcados pela desinformação. Além disso, associar a comunicação pública com o tema da desinformação é relevante, pois fortalece a transparência institucional e a literacia midiática. A comparação entre Brasil e Portugal não pretende estabelecer paralelismos diretos, mas identificar convergências e assimetrias nas formas como a desinformação incide sobre as IES e nas respostas comunicacionais desenvolvidas.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Na relação das IES com a desinformação, pontuamos que há diferenças de intensidade e recorrência da difusão desse tipo de conteúdo nos contextos analisados. A literatura indica que o Brasil sofre impactos significativos devido à ampla produção e propagação da desinformação. Esse fenômeno se manifesta em episódios de grande repercussão, como eleições acirradas, gestão governamental na pandemia da Covid-19, invasão às sedes do Legislativo, Judiciário e Executivo em Brasília, além da tentativa de golpe de Estado, entre outros (AMARANTE, 2021; MENDES et al., 2024; RODRIGUES et al., 2020). Em Portugal, a literatura dedicada à análise da desinformação e suas implicações sociais destaca o campo político, as disputas eleitorais e as agendas partidárias como alvos mais frequentes (JERÓNIMO, 2024; QUINTANILHA et al., 2021). Observa-se que a propagação de informações falsas tem aumentado desde a pandemia da Covid-19, sendo ampliada para temas como corrupção e imigração, embora a desinformação interna seja considerada menos sofisticada e de menor escala em comparação a outros países europeus (GUEDES et al., 2025). Esse

aspecto fica ainda mais evidente quando relacionado ao cenário desinformativo brasileiro.

6.1 Contexto Português

O estudo de Morais e Cruz (2020), realizado com 56 estudantes da área da comunicação de uma IES, buscou compreender como esses futuros profissionais lidam com as informações *online*. Entre os resultados, indica-se que os entrevistados recorrem prioritariamente ao Instagram, WhatsApp e YouTube como portas de entrada diárias para informações, seguidas por *sites* de jornais e revistas. A imprensa tradicional é consultada somente algumas vezes por mês. E, apesar do Facebook ser a quinta plataforma mais utilizada, apresenta a segunda maior taxa de acesso diário a notícias. O WhatsApp, por sua vez, é pouco acessado para o consumo de notícias, mas é percebido como o principal meio de circulação de desinformação. Já *podcasts*, televisão e rádio são apontados como os espaços onde menos se observam conteúdos falsos. Por fim, ao serem expostos a peças de desinformação durante a aplicação de um questionário, os estudantes conseguiram distinguir textos credíveis de textos com informações falsas, mas revelaram dificuldades em diferenciar *sites* conceituados dos que divulgam desinformação.

Os estudantes reconhecem a literacia midiática como o meio mais eficaz no combate à desinformação, pois se trata de uma medida preventiva, isenta de ações externas, tornando as pessoas mais independentes e críticas diante desse tipo de conteúdo. Morais e Cruz (2020) afirmam que escolas, universidades, professores e investigadores, como autoridades epistemológicas e fontes centrais de conhecimento, que têm responsabilidade diante da desinformação, e recomendam, com base em revisão de literatura, abordagens centrais para o seu combate: medidas legislativas; mudanças estruturais no ecossistema digital; desenvolvimento de ferramentas digitais de apoio à detecção; e literacia midiática digital via educação ou formação.

Na mesma direção, Silveira e Gancho (2021) analisam a recepção de notícias nas mídias sociais por 21 estudantes universitários do curso de *design*, tecnologia e comunicação. O estudo concluiu que esse grupo obtém notícias quase exclusivamente por meio das plataformas digitais. Através de grupo focal, alguns deles indicaram que

conseguem distinguir publicações de desinformação pela forma e conteúdo, enquanto outros as compartilham sem se dar conta. Os autores destacam que eles confiam mais em jornais e televisão como fontes confiáveis e acreditam que a maior parte das informações falsas é encontrada no ambiente digital. Segundo Silveira e Gancho (2021, p. 24), a desinformação, “especialmente no contexto acadêmico português, ainda apresenta pouca robustez”. Ainda assim, sublinham que “as *fake news* constituem um desafio para a pedagogia do jornalismo, pois dificultam o estabelecimento de credibilidade, verdade e percepção por parte dos estudantes dentro da comunidade” (SILVEIRA & GANCHO, 2021, p. 23). Além disso, Silveira e Gancho (2021, p. 34) acrescentam que:

é de particular relevância fazer referência, no que diz respeito às competências de literacia midiática das novas gerações, às declarações dos estudantes de Ciências da Comunicação (FG4). Eles entendem que o conhecimento adquirido no curso acadêmico contribui ativamente para que sejam mais competentes e críticos na avaliação dos meios de comunicação e das notícias, considerando que, em comparação com jovens que não frequentam cursos desta natureza, possuem níveis mais elevados de literacia para as notícias.

A pesquisa de Antunes et al. (2021) teve como objetivo perceber a atuação dos profissionais da informação no combate à desinformação no contexto acadêmico, por meio de revisão da literatura na *Scopus* e *Web of Science*. O estudo não tem como alvo o contexto acadêmico português, entretanto, há sugestões para estudos futuros nas linhas de investigação: verificar junto das bibliotecas das IES portuguesas as preocupações resultantes da disseminação da desinformação e as ações implementadas para o seu combate; e adaptar para o idioma português dois instrumentos, sendo eles: CRAAP — *currency, relevance, authority, accuracy, and purpose* — (MUSGROVE et al., 2018) e RADAR — *rationale, authority, date, accuracy, relevance* — (NEELY-SARDON & TIGNOR, 2018). No geral, os autores concluem que o conhecimento pode resultar em informação, mas a informação não resulta, necessariamente, em conhecimento, porque o indivíduo pode estar no patamar da opinião e não a ultrapassar. Essa conclusão evidencia a necessidade da transparência por meio da comunicação pública das IES, tendo em vista uma comunicação sem ambiguidade.

6.2 Contexto Brasileiro

Alcantara (2023) analisou a comunicação pública das IES a partir de pedidos de informação enviados a cinco universidades federais com base na Lei de Acesso à Informação. O estudo considerou as instituições melhor posicionadas no Índice Geral de Cursos de 2017 e relatórios do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (2012–2019). Os resultados mostram a predominância de homens, servidores públicos e pessoas com ensino superior entre os solicitantes, sendo a maioria dos pedidos relacionada a temas da educação. A autora reconhece avanços da lei, mas afirma que ela, por si só, não garante acesso efetivo à informação.

Geraldes et al. (2022) analisam a comunicação pública universitária na pandemia da Covid-19 e, a partir de estudo de caso da Universidade de Brasília, mostram que, entre março e setembro de 2020, a instituição realizou 244 publicações institucionais, 52 artigos de opinião, 853 *posts* em mídias sociais e respondeu a 5.258 demandas da imprensa. As autoras argumentam que diante da desinformação e do negacionismo científico, as IES precisam reafirmar seu papel como produtoras de conhecimento confiável, tratando a comunicação como dimensão estratégica de sua função social.

Calbino et al. (2025) destacam que em razão da eleição de representantes da extrema direita, a publicação de questionamentos enganosos sobre a relevância das IES públicas foi intensificada no país, com a associação desses espaços ao consumo e produção de drogas, desperdício de dinheiro público e baixa produtividade científica. Diante disso, os autores realizam uma pesquisa quantitativa com 307 estudantes do terceiro ano do ensino médio para avaliar o impacto da desinformação na reputação das IES. Foi identificada uma associação entre acreditar em informações falsas e avaliar negativamente as IES (CALBINO et al., 2025, p. 12). As conclusões reforçam a necessidade de avançar com marcos regulatórios e de incluir o letramento midiático nos currículos escolares.

A revisão da literatura não exaustiva de Souza e Valentim (2022), teve o objetivo de mapear as ações de combate à desinformação das bibliotecas universitárias públicas brasileiras no período de 2012 a 2022. As autoras defendem que os bibliotecários, como mediadores da informação, precisam possuir competências que vão além de sua formação — competência educacional e infocomunicacional — pois no

atendimento ao usuário é possível conhecer as demandas informacionais e desenvolver estratégias para melhor atendê-lo. Para Souza e Valentim (2022), a principal limitação do estudo foi a ausência de publicações científicas com ações das bibliotecas universitárias no combate à desinformação no contexto social, político e econômico, promovendo a omissão da visibilidade como forma de prestação de contas. Vale ressaltar que a falta da comunicação pública neste aspecto, pode cooperar para aceitação dos discursos depreciativos sobre as IES.

As universidades federais do semiárido brasileiro foram objetos de pesquisa de Silva e Santos (2023), com objetivo de identificar as ações de combate à desinformação através dos *sites* das IES no período de 2018 a 2021. Constatou-se que as ações de combate à desinformação dessas IES é algo recente, com início em meados de 2018 e foi se estendendo durante a pandemia da Covid-19. Os autores consideram que as práticas estão aquém do ideal na quantidade, mas há progresso das IES no ambiente digital. Em termos de comunicação pública, ressalta-se a necessidade de adaptação das IES nos meios digitais. Contudo, as mídias sociais facilitam a circulação de informações falsas com mais velocidade.

O estudo de Kegler et al. (2021) apresenta o Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP), um projeto sem fins lucrativos e sem financiamento, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Facebook. Para os autores, ao migrar para plataformas digitais, a comunicação pública passa a operar sob lógicas que não controla. Assim, acreditam que a plataformização da comunicação impõe limites à visibilidade de conteúdos de interesse público, subordinando-os a mecanismos algorítmicos e comerciais que conflituam com princípios democráticos como acesso à informação, pluralidade e interesse público. Através da página do OBCOMP no Facebook, os autores verificaram se as métricas podiam atingir melhores resultados a partir do impulsionamento pago de conteúdos, para o efeito, duas postagens foram impulsionadas, alcançando crescimento em algumas métricas, como número de curtidas e compartilhamentos. Com isso, constatam que “apenas o ingresso e uso das plataformas não são suficientes para alcançar visibilidade” (KEGLER et al., 2021, p. 12), reforçando a ideia de que a

gratuidade do acesso às mídias sociais é ilusória, principalmente, para instituições públicas que dependem da visibilidade para cumprir sua função social.

Essas iniciativas, embora relevantes, demonstram uma atuação ainda fragmentada, o que indica a ausência de políticas institucionais integradas de comunicação pública voltadas ao enfrentamento sistemático da desinformação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidenciou que as IES têm sido alvos de narrativas enganosas que buscam deslegitimar seu papel social, científico e democrático, especialmente no contexto brasileiro. Observou-se que, embora existam diferenças estruturais entre os sistemas de ensino superior dos dois países, ambos enfrentam desafios semelhantes no ecossistema digital, marcado pela velocidade, descontextualização e lógica algorítmica das plataformas. Os estudos analisados apontam a literacia midiática, a atuação das bibliotecas universitárias, a divulgação científica e o fortalecimento da comunicação pública como estratégias centrais no combate à desinformação. Contudo, os resultados revelam fragilidades, como a insuficiência de ações sistemáticas, a pouca visibilidade institucional e a dependência de plataformas privadas. Diante disso, observamos que a comunicação pública das IES deve ser compreendida como prática estratégica e permanente, orientada pelo interesse público, transparência e diálogo. O enfrentamento à desinformação exige, portanto, políticas comunicacionais integradas, planejamento contínuo e compromisso institucional com a promoção de informação confiável e o fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

- Alcantara, N. S. A. (2023). Lei de Acesso à Informação nas principais universidades federais brasileiras. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 46, e2023112. <https://doi.org/10.1590/1809-58442023112pt>
- Amarante, E. (2021). A desinformação como estratégia política: Uma análise dos discursos presidenciais durante a pandemia da Covid-19. *Aurora*, 14(40), 48–67. <https://doi.org/10.23925/1982-6672.2021v14i40p48-67>
- Antunes, M. L., Lopes, C., & Sanches, T. (2021). Como combater as fake news através da literacia da informação? Desafios e estratégias formativas no ensino superior. *BiD: Textos Universitaris de Biblioteconomia i Documentació*, (46). <https://repositorio.ispa.pt/entities/publication/1c536008-9df1-484b-b1a4-56c680e53d1c>
- Ares, G., Villen, G., Gitahy, L. M. C., & Tessler, L. R. (2022). Memória e desinformação: Os ataques da extrema-direita às universidades brasileiras. *Relações Internacionais*, 73, 53–66. <https://doi.org/10.23906/ri2022.73a05>
- Borges, A. G. (1996). Interesse público: Um conceito a determinar. *R. Dir. Adm.*, 205, 109–116.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2020). *Sobre a CAPES: Perguntas frequentes*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>
- Calbino, D., Pinho, J. R., & Silva, A. P. C. M. (2025). Desinformação e ensino superior: O papel das fake news na imagem das instituições federais de ensino superior (Ifes). *Ciência & Educação*, 31, e0046. <https://doi.org/10.1590/1516-731320250046>
- Correia, F. S. B. (2012). Interesses públicos versus interesses privados – Divergências na doutrina brasileira. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, 1(3), 1257–1294.
- Castro, A. M. D. A., & Araújo, N. da V.-C. G. (2018). Educação superior no Brasil e a utilização da educação a distância como estratégia de expansão e massificação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 34(1), 189–209. <https://doi.org/10.21573/vol34n12018.80574>
- Direção-Geral do Ensino Superior. (2025). *Sistema de ensino superior português*. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/sistema-de-ensino-superior-portugues?plid=371>
- Duarte, J. (2007). Instrumentos de comunicação pública. In J. Duarte (Org.), *Comunicação publica: Estado, mercado, sociedade e interesse público* (pp. 59–71). Atlas.
- Duarte, J., Nassar, P., & Maia, L. M. (Orgs.). (2020). *Glossário de comunicação pública*. ABERJE; ABCPública.
- Gil, A. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4ª ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

- Guedes, I. S., Vigo, B., Santos, M., Moreira, S., Cardoso, C. S., & Castro, J. (2025). Disinformation dynamics and regulation in Portugal: Insights from a qualitative study. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 31, 529–557. <https://doi.org/10.1007/s10610-025-09617-0>
- Fisher, M. (2023). *A máquina do caos: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo*. Todavia. Kindle Edition.
- Geraldes, E., Pimenta, G., & Lopes, H. (2022). Informar e comunicar: desafios das universidades diante da pandemia do novo coronavírus. *Comunicologia – Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, 15(2), 1–17.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2025a). *Do Enem à educação superior: Conheça os cinco caminhos possíveis*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/enem/do-enem-a-educacao-superior-conheca-os-cinco-caminhos-possiveis>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2025b). *Censo da educação superior: Resultados*. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>
- Jerónimo, J. (2024). Comunicação na era da desinformação: O crescimento da extrema-direita e a iliteracia digital. *The Trends Hub*, 1(4), 1–9. <https://doi.org/10.34630/tth.vi4.5683>
- Kegler, B., Luz, A. J. A. da, & Pozobon, R. de O. (2021). Sociedade de plataformas e os desafios para a comunicação pública: O caso OBCOMP. *Liinc em Revista*, 17(1), e5653. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5653>
- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro. (2007). *Estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior*. Diário da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/62-2007-640339>
- Lemes de Castro, J. C. (2021). Imaginário e cultura da intolerância em plataformas algorítmicas. *Contracampo*, 40(1), 1–16. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v40i1.47817>
- Liedtke, P., & Curtinovi, J. (2016). Comunicação pública no Brasil: Passado, presente e futuro. *Comunicação Pública*, 11(20), 1–10. <https://doi.org/10.4000/cp.1171>
- Maciel, A. D., Balonas, S., Moreno, A. P. R., & Toscano, C. (2025). A literacia midiática e o combate à desinformação: Iniciativas no Brasil e em Portugal. *EcoPós – UFRJ*, 28(1), 181–208. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i1.28458>
- Melo, A. D., Ruão, T., Balonas, S., Alves, M., & Ferreira, M. (2023). *Guia de comunicação em saúde: Boas práticas*. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade; Direção Geral de Saúde. <https://doi.org/10.21814/1822.78904>
- Melo, P., Messias, J., Resende, G., Garimella, K., Almeida, J., & Benevenuto, F. (2019). Monitor do WhatsApp: Um sistema de verificação de fatos para o WhatsApp. *Anais da Conferência Internacional AAAI sobre Web e Mídia Social*, 13(1), 676–677. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v13i01.3271>

Mendes, C. M., Sanglard, F. N., & Costa, V. S. da. (2024). Desinformação e implicações para a democracia: Reflexões a partir dos atentados de 8 de janeiro. *Estudos Semióticos*, 20(2), 119–136. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2024.218951>

Morais, N. S., & Cruz, M. (2020). Desinformação e fake news: Estudo com alunos de comunicação de uma Instituição de Ensino Superior. *Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, (11), 27–40. https://doi.org/10.14195/2183-6019_11_2

Morozov, E. (2018). *Big Tech: A ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu Editora. Kindle Edition.

Quintanilha, T. L., Cardoso, G., Baldi, V., & Paisana, M. (2021). O papel do jornalismo no combate às notícias falsas: O caso do último dia da campanha eleitoral de 2019 em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 97, 35–56. <https://doi.org/10.7458/SPP20219720823>

Recuero, R. (2024). *A rede da desinformação: Sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Editora Salina.

Reis, V. S'A. (2021). Comunicação pública: Uma ferramenta estratégica para o exercício da cidadania. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 9, 1–14.

Revez, J., & Corujo, L. (2022). Infodemia, desinformação e notícias falsas: O papel das bibliotecas na sociedade pós-verdade. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, (Extra 1), 31–53. https://doi.org/10.14195/2182-7974_extra2022_1_2

Rodrigues, T. M., Bonone, L. M., & Mielli, R. V. (2020). Desinformação e crise da democracia no Brasil: É possível regular fake news? *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 22(3), 30–52. <https://doi.org/10.22409/conflu22i3.p45470>

Rothberg, D. (2024). (Re)conceituando a comunicação pública para enfrentar a desinformação. *Organicom*, 21(45), 35–47. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.224211>

Sanches, T., Antunes, M. L., & Lopes, C. (2021). Bibliotecas universitárias no combate às notícias falsas: Uma análise do conhecimento e das práticas dos bibliotecários portugueses. In A. Repanovici (Ed.), *ICISIL 2021 – 11ª Conferência Internacional de Ciência da Informação e Alfabetização Informacional* (pp. 182–192). Sciendo. <https://doi.org/10.2478/9788395815065-020>

Silva, R. M., & Santos, M. A. (2023). A universidade e o combate à desinformação no semiárido brasileiro: Um levantamento de ações. *Revista DCS – Desenvolvimento em Questão*, 22(82). <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i82.3470>

Silveira, P., & Gancho, S. (2021). University students' engagement with fake news: The Portuguese case. *Observatorio (OBS) Journal*, 15*(1), 23–37. <https://doi.org/10.15847/obsOBS15120211696>

Souza, C. B. S., & Valentim, M. L. P. (2022). Atuação da biblioteca universitária pública contra a desinformação no Brasil: Análise das publicações na BRAPCI. *Revista EDICIC*, 2(3), 1–14. <https://doi.org/10.62758/re.v2i3.148>



Tomás, R. N., Tomás, L. M. N., & Andreatta, E. P. (2020). Da depravação ao desperdício de recursos: Estratégias de desconstrução da universidade pública em redes de fake news. *Verbum*, 9(2), 141–166.

Wardle, C. (2020, 22 de setembro). *Understanding information disorder*. First Draft. <https://firstdraftnews.org/long-form-article/understanding-information-disorder/>

Zémor, P. (2009). Como anda a comunicação pública? *Revista do Serviço Público*, 60(2), 189–195.

Zuboff, S. (2019). Big Other: Capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, L. Guilhaon & L. Melgaço (Orgs.), *Cultura da vigilância: Envolvimento, exposição e ética na modernidade digital* (1.^a reimpressão). Ford Foundation; Boitempo.

Original recebido em: 29 de janeiro de 2026

Aceito para publicação em: 10 de março de 2026

Aline Moreno

Doutoranda em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho. Mestra em Marketing e Comunicação, Instituto Politécnico de Coimbra (IPC). Graduada em Comunicação Social, Faculdade Integradas de Bauru (FIB). Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade na Universidade do Minho. E-mail: line_moreno@hotmail.com

José Gabriel Andrade

Professor Associado com Agregação em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho. Em 2015 obteve o título de “Doutor Europeu em Ciências da Comunicação” pela Universidade Católica Portuguesa (investigação apoiada pela FCT) defendendo uma tese sobre comunicação, organização e política nas relações luso-brasileiras. Em 2009 recebeu o título de mestre em Ciências da Comunicação: Comunicação, Organização e Novas Tecnologias pela UCP com apoio do Programa Alban da União Europeia. É licenciado em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica de Santos, SP. E-mail: jgandrade@ics.uminho.pt

Carolina Toscano

Doutoranda em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho. Mestra em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Comunicação Social, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade na Universidade do Minho. E-mail: caroltmaia@gmail.com

Ana Daniele Maciel

Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho. Graduada em Biblioteconomia, Universidade Federal do Ceará (UFC). Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. E-mail: anads.maciell@gmail.com



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional